



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede à Av. Santos Dumont, 75 - Centro, nesta cidade, por seu Prefeito, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com base no Art. 28, I, da Lei 14.133/21, por meio da INTERNET, cuja sessão será realizada pelo pregoeiro **Luciana M. Camilio** nomeado pela Portaria nº 3434/2025. A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal 123/06; Decretos Municipais 26 a 36/2023 e suas alterações legais e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 126/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14 (comprovação nos termos do item 6.5.1 deste Edital).

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site www.portaldecompraspublicas.com.br nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **08h12min do dia 21 de setembro de 2026**

1. OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, TIPO 01 E TIPO 02, PARA BENEFÍCIOS EVENTUAIS A SEREM CONCEDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NOS TERMOS DA LEI 5281/2017, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO ANEXO I.

2. LOCAL, DATA, HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO, INTERVALO DE LANCE E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1 LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS –
www.portaldecompraspublicas.com.br;

2.2 DATA: **21/09/2026.**

2.3 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: **08h10min**

2.4 HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **08h12min**

2.5 INTERVALO DE LANCE: R\$ 0,01 (um centavo)

Obs. Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico.

3.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Aquisição pelo **menor valor por ITEM** considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.3. MODO DE DISPUTA: Aberto

3.4. PRAZO E LOCAL DA ENTREGA: O objeto após a emissão da ata de registro de preços, deve ser entregue conforme empenho, nas quantidades solicitadas, no prazo de 07 (sete) dias a contar do recebimento do empenho, junto a Secretaria De Assistência Social, sito na Av. Duque de Caxias, 555b, Centro, de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h e das 13h30min às 17h. Será responsável pelo recebimento a Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Rosani Antunes do Nascimento. A entrega deverá ocorrer sem ônus para o Município. As cestas básicas deverão ser entregues embaladas separadamente (cesta 01 e cesta 02).

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes Dotações Orçamentárias a serem previamente definidas pela secretaria de finanças quando do pedido de aquisição, cujo elemento da despesa está abaixo elencado.

3.3.90.32.00.00.00.00 – material, bem ou serviço para distribuição.

3.6. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante transferência bancária se o Banco for condizente à conta de recursos utilizada pelo município, conforme cronograma de pagamento e disponibilidade de caixa a data pretendida. Não há possibilidade de pagamento por transferência, caso haja despesas bancárias para tal. A empresa poderá na proposta, indicar mais de uma conta bancária para que possamos utilizar o mesmo banco quando do pagamento, havendo liquidez imediata. **O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega, mediante apresentação de nota fiscal, bem como atestado de recebimento e ou medição do objeto contratado pelo fiscal do contrato.**

3.6.1 Os valores pagos em atraso, somente serão corrigidos, caso derivar de culpa exclusiva do Município, neste caso, os valores serão corrigidos pelo INPC.

3.6.2 No preço proposto já deverão estar computados todos os custos, sejam eles impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, manutenção, seguros, transporte para entrega ou qualquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

4.1 O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado junto com a Pregoeira (Luciana M. Camilio), na Secretaria de Administração - SINE, sito à Av. Santos Dumont, 75 - Centro



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

– Três Passos/RS, em dias úteis, das 08 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

4.2 O Edital também poderá ser obtido no site do Município: www.trespazos.rs.gov.br no ícone licitações/2026 ou no endereço eletrônico do *Portal de Compras Públicas*: www.portaldecompraspublicas.com.br

4.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro(a) em sentido contrário;

5 DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que será conferido quando da habilitação, no contrato social da licitante, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

5.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.4 Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.3.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.3.7 Aquele que já tenha registrado preços em ata vigente

5.4 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021

5.5 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

5.5.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame

5.5.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.5.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.5.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.5.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

5.5.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente;

5.5.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.8 Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

5.5.9 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 DO CREDENCIAMENTO

6.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br; onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento para a sua correta utilização.

6.1.1 Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br; podendo



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

sanar eventuais dúvidas pela central de atendimento do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br;

6.2 É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

- 6.2.1 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representantes, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.2.2 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 6.2.3 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- 6.2.4 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e,
- 6.2.5 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 6.2.6 Enviar, no caso de ser o vencedor, os documentos solicitados pelo pregoeiro no campo próprio do sistema (documentos) ou no prazo de 24h a contar da solicitação da pregoeira através do(s) e-mail(s): prefeituracomprstp@hotmail.com ou compras@trespassos.rs.gov.br;

7 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 7.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 7.2 A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**
- 7.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 7.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 7.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespassos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

- 7.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 7.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 7.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 7.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

8 ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 8 e 10 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:

8.1.1 O cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital, como condição de participação.

8.1.2 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar 123/06, como condição para aplicação do disposto nos itens deste edital.

- 8.2 A falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções legais e multa.
- 8.3 O não envio dos documentos habilitatórios pelo primeiro colocado ou a inabilitação do mesmo, uma vez que declarou no sistema que cumpre os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, inciso II da Lei 14.133/2021, ensejará a aplicação das penalidades previstas no item 24 deste Edital. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação deverão ser inseridos no campo próprio do sistema e outros que

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo por este estipulado, o qual será aplicado a todos os licitantes.

8.4 Enviar, no caso de ser o vencedor, a proposta de forma digitalizada, no campo próprio do sistema para fins de abastecimento do programa LICITACON DO TCE ou no prazo de 24h a contar da solicitação do pregoeiro através do e-mail: prefeituracomprstp@hotmail.com.br ou compras@trespassos.rs.gov.br, devendo constar preferencialmente o seguinte:

- 8.4.1 Ser redigida em língua portuguesa, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento
- 8.4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 8.4.3 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 8.4.4 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 8.4.5 **No momento da readequação das propostas esta deverá ser individualizada, ou seja, discriminando item a item os produtos que contém cada cesta básica, com os valores compatíveis com o valor do último lance.**

9 DA PROPOSTA DE PREÇOS E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1 O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.
- 9.2 Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca (se a marca identificar a empresa participante informar no campo “marca própria”, referências e demais dados técnicos (conforme o caso), bem como a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, tais como: vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciária, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre a operação, ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.
- 9.3 Qualquer elemento que possa identificar o licitante na fase de cadastramento da proposta no sistema importará na desclassificação da mesma (salvo a inclusão no campo próprio, campo que somente será visualizado após o término da fase de lances), razão



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

- pela qual os licitantes não devem fazer constar no sistema ou nas observações do item, informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.
- 9.4 O fornecedor deverá registrar sua proposta igual ao quantitativo máximo estipulado no edital, não será aceita proposta em quantitativo inferior.
- 9.5 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 9.6 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.
- 9.7 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.1.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 9.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;
- 9.11 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.11.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 9.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

- 9.11.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **cinco dias** úteis contados da solicitação.
- 9.11.3.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.11.3.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 9.11.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
- 9.11.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 9.11.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 9.11.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 9.11.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 9.12 A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.
- 9.13 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.14 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

- 9.15 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 9.15.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.15.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.16 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.17 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Caso atendidas as condições de participação, nos termos do Art. 63, inciso II, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, deste modo, poderá o licitante participante, se desejar, inseri-la previamente no campo próprio já aberto do portal ou apresenta-la no prazo de readequação da proposta ou em diligências com prazo determinado pelo pregoeiro de até duas horas. **Inserindo a documentação de habilitação previamente no campo de habilitação do portal, deverá fazê-lo com zelo, pois conforme as disposições do art. 64 da Lei 14.133/2021, somente poderão ser anexados documentos para complementação ou atualização.** Da mesma forma, todos os documentos de habilitação devem ser inseridos quando da readequação da proposta ou no prazo de diligências, pois não será aberto prazo posterior para juntada de documento que não foi anexado no prazo proposto, por força do art. 64 da Lei 14.133/2021. A documentação a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, através da apresentação dos documentos e declarações expressos neste edital.

10.1.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações no sistema utilizado (portal de compras públicas) para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2 Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei, conforme art. 15 da Lei 14.133/2021.

10.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **até duas** horas sob pena de inabilitação, salvo se outro prazo tiver sido estipulado no chat.

10.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.6.2 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.6.3 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.6.4 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.6.5 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

- 10.6.6 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 10.8 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.9 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 10.9.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.9.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja a autenticidade poderá ser verificada pelo pregoeiro no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 10.9.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.9.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 10.9.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.9.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 10.9.7 O ato constitutivo da licitante deverá evidenciar o objeto para análise da compatibilidade com o objeto licitado e o administrador, e preferencialmente estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.10 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 10.10.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 10.10.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

(RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 10.10.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.10.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- 10.10.5 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 10.10.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.11 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- 10.11.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos **últimos 60 (sessenta) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
- 10.11.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- 10.12.1 Alvará sanitário atualizado;

11 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1 No dia e hora indicados no preâmbulo, a(o) pregoeira(o) abrirá a sessão pública, mediante utilização de sua chave e senha.
- 11.2 O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão,



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 11.3 A comunicação entre o pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens e campo próprio do sistema eletrônico.
- 11.4 Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis no sistema.

12 DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 12.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada.
- 12.2 Serão desclassificadas as propostas que:
- a) Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
 - b) Forem omissas em pontos essenciais;
 - c) Contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.
- 12.3 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- 12.4 As propostas classificadas serão ordenadas primeiro pelo sistema e a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 12.5 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
- 12.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
- a) O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
 - b) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - c) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
 - d) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

12.7 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

- a) O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- b) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- c) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- d) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.7.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13 DO MODO DE DISPUTA

13.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos;

13.2 A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

13.4 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de fase de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

13.5 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.6 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico – PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – www.portaldecompraspublicas.com.br;

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

14 DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

14.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

14.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 8.4 do Edital.

14.3 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto a adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.

14.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

15 DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

15.1 Os documentos de habilitação, de que trata o item 10, serão examinados pelo pregoeiro, que poderá verificar a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

15.2 A(s) beneficiária(s) da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 8.1.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação que comprove a sua regularidade, **em cinco dias úteis**, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

15.3 Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de sua proposta que atenda ao edital.

15.4 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

16 DO RECURSO

16.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

16.2 O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

16.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 Resolvido os recursos eventualmente formulados, ou na inexistência de recurso, a Pregoeira, fará a adjudicação dos itens objetos da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito de Três Passos, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

17.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, pois que os objetos somente serão pagos após cada entrega.

19 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, serão convocados para assinarem o Registro de Preços mediante Ata de Registro de Preços, conforme modelo do ANEXO V deste Edital, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após a homologação do presente certame.

19.2 Na hipótese do vencedor da licitação se recusar a assinar a ata de registro de preço, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

19.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da ata de registro de preço, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de cinco dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do licitante e aceita pela Administração.

19.3 A ata terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições e prazos estipulados no Edital e seus anexos.

19.4 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, contados da data de sua emissão.

19.5 A existência de preços registrados não assegura a LICITANTE o direito ao fornecimento do objeto, podendo a Administração, se assim entender, promover nova licitação específica para aquisição dos mesmos itens, sendo assegurado, entretanto, ao fornecedor com preço registrado o fornecimento em igualdade de condições.

19.6 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas.

20 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

20.1 O objeto/serviço, após a assinatura da ata de registros de preços deverá ser prestado/fornecido no prazo e condições estipuladas neste edital e seus anexos e nos termos do contrato emitido. O presente registro de preços terá validade pelo período de doze meses. O fornecimento se dará conforme emissão de empenho, nos termos da legislação vigente. Poderá haver emissão de mais de um empenho/contrato para cada aquisição por secretaria. A Nota Fiscal deverá ser fornecida junto com o objeto. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que

20.1.1 Referida Nota está vinculada ao contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021

20.1.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos

20.1.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

20.2 A entrega do objeto deste certame não exclui a responsabilidade do LICITANTE contratado quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo Município de Três Passos/RS.

20.3 As condições de habilitação consignadas neste Edital, deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência da ata ou do contrato resultante da ata.

20.4 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

21 REAJUSTAMENTO DO PREÇO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

21.1 O contrato será reajustado, nos termos do art. 25 da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 34/2023, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado.

21.1.1 Considera-se data-base, para fins de reajuste, a data do orçamento estimado, ou da planilha orçamentária constante do processo administrativo ou do Termo de Referência.

21.2 O valor do contrato será reajustado pelo INPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização, no caso de prorrogação.

21.3 Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

21.4 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”.

21.5 A revisão de contrato ou reequilíbrio econômico-financeiro decorre da imprevisão, consiste em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, que poderá ser concedido a qualquer tempo, e para sua concessão devem ser verificados os seguintes requisitos:

- a) Evento futuro e incerto;
- b) Evento ocorrido após a apresentação da proposta;
- c) O evento não pode ocorrer por culpa da contratada;
- d) Possibilidade de revisão seja aventada pela contratada ou pela contratante;

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

- e) Modificação consubstancial nas condições contratadas;
 - f) Haja nexa causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;
 - g) Demonstração da quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.
- 21.6 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência da ata e antes de eventual prorrogação.
- 21.7 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento e documentação comprobatória não puder cumprir o compromisso, o Município poderá: a) liberar o fornecedor; b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 21.8 O Município, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão dos preços.
- 21.9 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas por termo aditivo.
- 21.10 O pedido de reequilíbrio retroagirá tão somente a data do protocolo do pedido e não incidirá sobre empenhos já gerados. É vedado à Detentora dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.
- 21.11 Solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro fica obrigado o órgão licitador a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.
- 21.11.1 O não cumprimento do prazo constante no item 22.11 não implica em deferimento do pedido por parte do contratante
 - 21.11.2 Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

22 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1 As obrigações das partes estão previstas na ata de registro de preços, na minuta contratual e neste edital.

23 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com os artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e das disposições do termo de referência e do contrato.

23.2 Comete infração administrativa, nos termos da lei mencionada o licitante/adjudicatário que:

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

- 23.2.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
 - 23.2.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 23.2.3 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 23.2.4 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 23.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 23.2.6 Apresentar declaração ou documentação falsa;
 - 23.2.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 23.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 23.2.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 23.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 23.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito;
 - b) Multa;
 - c) Impedimento de licitar e contratar;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 23.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 23.5 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- 23.6 Serão publicadas no site do Município ou na Imprensa Oficial do Município as sanções administrativas previstas deste edital e a inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
- 23.7 Da fraude e da corrupção - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

23.7.1 Definem-se as seguintes práticas:

- a) prática corrupta:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) prática fraudulenta:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

- c) **prática concertada:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **prática coercitiva:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **prática obstrutiva:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24 DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

24.1 O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente LICITAÇÃO.

24.2 Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado (conforme pesquisa realizada), o órgão responsável deverá:

- a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

24.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

24.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

24.5 **Nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso. Havendo prorrogação será renovada toda a quantidade licitada, independente do seu saldo já utilizado.**

25 DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

25.1 O preço registrado poderá ser cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:

I - Pela Administração, quando:

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) o fornecedor sofrer sanção prevista na Lei 14.133/2021;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado e estes se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

II - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

25.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho do órgão responsável.

25.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita através de publicação no site do Município, no mesmo local onde houve a publicação do Edital, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação. Da decisão que cancelar o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 O Edital e seus adendos serão publicados no site do município, cito: www.trespazos.rs.gov.br/licitacoes/2026; todos os demais atos serão publicados no portal de compras públicas onde ocorrerá a licitação devendo ser acompanhada neste.

23.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

23.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8 A participação na presente LICITAÇÃO implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.9 Atuarão como fiscais das aquisições os secretários que efetuarem aquisições até o esgotamento da mesma.

23.10 Quando do faturamento dos bens e serviços prestados, deverá ser observado o disposto na IN RFB nº 1234/12, a fim de viabilizar o cumprimento do Decreto Municipal nº 39/2022, disponível em www.trespazos.rs.gov.br, ícone – legislação.

23.11 Quando se tratar de contratação de Serviços de Micro Empreendedor Individual (MEI), existe a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição a que se refere o inciso III do caput e o § 1º do art. 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, e o cumprimento das disposições acessórias relativas à contratação de contribuinte individual (vide lei Complementar nº 147 de 2014). Aplica-se o disposto neste artigo exclusivamente em relação ao MEI que for contratado para prestar serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção de veículos. Lei 8.212, de 24 de Julho de 1991.

23.12 A contribuição a cargo da empresa, destinada a Seguridade Social, é de 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços, deste modo, no caso de participante na condição de MEI, sua proposta será acrescida de 20% e o valor acrescido deste percentual será analisado pela comissão para determinação do vencedor.

23.13 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.13.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.14 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital as do termo contratual.

23.15 A Administração Pública Municipal, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos.rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

23.15.1 A anulação do Pregão induz à extinção da ata;

23.15.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.16 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.17 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br; e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.trespazos.rs.gov.br ícone licitações e compras diretas, ano 2026.

23.18 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III - Modelo de Declaração nos termos do inciso XXXIII, Art. 7º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO IV – Declaração de porte da empresa

ANEXO V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Três Passos/RS, 04 de setembro de 2026.

Arlei Luis Tomazoni
Prefeito Municipal

DE ACORDO: _____
Procurador Jurídico Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Cestas Básicas Tipo I e Tipo II, destinadas à concessão de Benefício Eventual, na modalidade Manutenção Cotidiana da Família, nos termos da Lei Municipal nº 5.281, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Três Passos, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

As cestas básicas deverão ser fornecidas individualmente embaladas e montadas, contendo todos os produtos e quantitativos previstos na respectiva composição, conforme especificações abaixo:

CESTA TIPO 1					
Item	Quant.	Descrição	Embalagem	Valor Unit. (máx.)	R\$ Total
01	02 un	Óleo de soja	900 ml	8,81	17,62
02	01 un	Açúcar	05 kg	18,56	18,56
03	04 un	Feijão preto	01 kg	7,56	30,23
04	01 un	Arroz tipo 1	05 kg	20,73	20,73
05	02 un	Farinha de milho	01 kg	4,38	8,76
06	01 un	Farinha de trigo	05 kg	16,72	16,72
07	02 un	Massa com ovos 500 gr	500 gr	3,96	7,92
08	04 un	Leite integral (embalagem tetrapak, caixinha)	01 lt	5,73	22,91
Valor total de cada cesta					143,44

CESTA TIPO 2					
Item	Quant.	Descrição	Embalagem	Valor Unit. (máx.)	R\$ Total
01	01 un	Óleo de soja	900 ml	8,81	8,81
02	01 un	Açúcar	02 kg	7,45	7,45
03	02 un	Feijão	01 kg	7,56	15,11
04	01 un	Arroz tipo 1	02 kg	8,45	8,45

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

05	01 un	Farinha de milho	01 kg	4,38	4,38
06	02 un	Farinha de trigo	01 kg	3,76	7,53
07	01 un	Massa com ovos	500 gr	3,96	3,96
08	02 un	Leite integral (embalagem tetrapak, caixinha)	01 lt	5,73	11,45
Valor total de cada cesta					67,14

PLANILHA DO OBJTEO

Item	Descrição	Quantidade	Valor unit	Valor total
01	Cesta tipo I	300	143,44	43.032,00
02	Cesta tipo II	350	67,14	23.499,00
				66.531,00

1.1. Pesquisa de preços

Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços estimados, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, constam do Processo Administrativo nº 6745/26, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

A pesquisa de preços foi realizada pelos servidores Marcelo Dorneles e Debora Lermenn, mediante levantamento junto ao mercado, conforme documentação constante do processo administrativo. Como será compra global do conjunto, considerando-se conjuntamente as Cestas Básicas Tipo I e Tipo II, de modo a assegurar que ambas as modalidades de cesta sejam fornecidas por um único fornecedor, não foi localizado no portal de compras públicas os itens necessários.

1.2. Natureza do objeto

Os bens objeto desta contratação são considerados bens comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital e por este Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada mediante Sistema de Registro de Preços, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

1.3. Vigência da Ata de Registro de Preços

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso para a Administração, nos termos da legislação aplicável.

Durante a vigência da Ata, a Administração poderá realizar as contratações decorrentes do registro, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e observada a disponibilidade orçamentária.

1.4. Forma de fornecimento

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante solicitação formal do setor responsável.

A Administração não estará obrigada a adquirir a totalidade dos quantitativos registrados, ficando as aquisições condicionadas à demanda efetivamente verificada durante a vigência da Ata de Registro de Preços e à disponibilidade orçamentária.

1.5. Solicitação e prazo de entrega

A empresa detentora da Ata deverá realizar o fornecimento das cestas básicas conforme as solicitações emitidas pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O prazo para entrega será de **até 07 (sete) dias corridos**, contados do recebimento da respectiva Nota de Empenho ou documento equivalente pela contratada.

As entregas deverão ser realizadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Duque de Caxias, nº 555, Centro, Três Passos/RS, durante o horário de expediente, das 8h às 11h e das 13h30min às 17h, salvo orientação diversa previamente comunicada pela Administração.

1.6. Condições de acondicionamento e entrega

As Cestas Básicas Tipo I e Tipo II deverão ser embaladas individualmente, de forma adequada ao transporte, armazenamento e distribuição aos beneficiários.

Cada cesta deverá conter todos os produtos e respectivos quantitativos previstos neste Termo de Referência, não sendo admitida a substituição de produtos ou alteração de quantidades sem prévia autorização da Administração.

Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, com embalagens íntegras, limpas, adequadamente lacradas e sem sinais de violação, avarias ou deterioração, observando-se os requisitos sanitários e de conservação aplicáveis.

No momento da entrega, os produtos serão conferidos pelo responsável pelo recebimento, que verificará a quantidade, composição, integridade das embalagens, condições de conservação e demais especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Os produtos que estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas poderão ser recusados, devendo a contratada providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de Cestas Básicas Tipo I e Tipo II destinadas à concessão de Benefício Eventual, na modalidade Manutenção Cotidiana da Família, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 5.281, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Três Passos.

Os Benefícios Eventuais constituem provisões suplementares e provisórias que integram as garantias da Política de Assistência Social e são destinadas ao atendimento de cidadãos e famílias que vivenciem situações de vulnerabilidade temporária, conforme dispõe o art. 22 da Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):

“Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.”

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

Nesse contexto, os Benefícios Eventuais possuem caráter temporário e destinam-se a prevenir e enfrentar situações de vulnerabilidade decorrentes de contingências que possam comprometer, ainda que temporariamente, as condições de subsistência e proteção social das famílias.

No âmbito municipal, a Lei Municipal nº 5.281/2017 regulamenta os Benefícios Eventuais e estabelece, entre suas modalidades, a Manutenção Cotidiana da Família, destinada às famílias em situação de risco ou vulnerabilidade social temporária, abrangendo provisões necessárias à alimentação, aos cuidados pessoais e às condições mínimas de sobrevivência digna.

A referida legislação estabelece expressamente a cesta básica como modalidade de Benefício Eventual, cuja concessão deverá observar os critérios legais e a avaliação da situação de vulnerabilidade da família, bem como a composição familiar do requerente.

Dessa forma, a aquisição das Cestas Básicas Tipo I e Tipo II mostra-se necessária para garantir a continuidade e a regularidade da oferta do Benefício Eventual, evitando a interrupção do atendimento às famílias que preencham os requisitos estabelecidos pela legislação municipal.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à natureza da demanda, considerando que a necessidade de concessão das cestas básicas é variável e depende das situações de vulnerabilidade identificadas pelos serviços socioassistenciais ao longo da vigência da contratação. O registro permitirá que os produtos sejam solicitados de forma parcelada, conforme a demanda efetivamente apresentada, proporcionando maior eficiência no planejamento e na utilização dos recursos públicos.

A contratação pretende, portanto, assegurar ao Município condições adequadas para o atendimento das demandas relacionadas aos Benefícios Eventuais, garantindo a disponibilidade das cestas básicas, a padronização de sua composição, a qualidade dos produtos fornecidos e maior agilidade na resposta às situações de vulnerabilidade temporária identificadas pela rede socioassistencial.

Assim, a aquisição encontra-se diretamente vinculada ao cumprimento das obrigações do Município no âmbito da Política de Assistência Social e ao direito dos cidadãos ao acesso aos Benefícios Eventuais previstos na legislação, contribuindo para o fortalecimento da proteção social e para a garantia de condições mínimas de sobrevivência digna às famílias em situação de vulnerabilidade temporária.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

3.1. Forma de seleção

O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório, na modalidade e forma definidas pela Administração, com utilização do Sistema de Registro de Preços, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

O critério de julgamento será o de menor preço global do conjunto, considerando-se conjuntamente as Cestas Básicas Tipo I e Tipo II, de modo a assegurar que ambas as modalidades de cesta sejam fornecidas por um único fornecedor. A adoção desse critério visa garantir maior padronização do fornecimento, facilitar o controle, a fiscalização, o recebimento e a gestão das entregas, bem como evitar a contratação de fornecedores distintos para cada modalidade de cesta, o que poderia dificultar a operacionalização e o acompanhamento da execução do objeto.

3.2. Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista serão aquelas estabelecidas no edital, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e a compatibilidade das exigências com a natureza e o valor do objeto.

3.3. Qualificação econômico-financeira

Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles definidos no edital, em conformidade com a legislação aplicável e de forma compatível com a natureza da contratação.

3.4. Qualificação técnica

Para fins de qualificação técnica, deverá ser exigida comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, em características, quantidades e prazos compatíveis com as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, mediante atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando exigido no edital.

As exigências de qualificação técnica deverão observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, limitando-se ao necessário para assegurar a capacidade do fornecedor de cumprir adequadamente as obrigações decorrentes da contratação.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Prazo de entrega

O prazo para entrega das Cestas Básicas Tipo I e Tipo II será de **até 07 (sete) dias corridos**, contados do recebimento, pela contratada, da respectiva Nota de Empenho, ordem de fornecimento ou documento equivalente.

4.2. Local e horário de entrega

As entregas deverão ser realizadas na **Secretaria Municipal de Assistência Social**, situada na Avenida Duque de Caxias, nº 555, Centro, Três Passos/RS, de segunda a sexta-feira, no horário das **8h às 11h e das 13h30min às 17h**, salvo orientação diversa previamente comunicada pela Administração.

As despesas decorrentes do transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos produtos correrão por conta da contratada, não sendo devida qualquer cobrança adicional ao Município.

4.3. Condições de entrega

As Cestas Básicas Tipo I e Tipo II deverão ser entregues individualmente embaladas, devidamente acondicionadas e contendo todos os produtos e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

Os produtos deverão ser entregues:

- a) em perfeitas condições de consumo;
- b) com embalagens íntegras, limpas, adequadamente lacradas e sem sinais de violação;
- c) dentro do prazo de validade e em condições adequadas de armazenamento e conservação;
- d) de acordo com as especificações, quantidades e unidades de fornecimento estabelecidas neste Termo de Referência;
- e) sem avarias, alterações, sinais de deterioração ou qualquer outra condição que comprometa sua qualidade ou segurança para consumo.

Não será permitida a substituição de produtos ou alteração da composição das cestas sem prévia autorização da Administração.

4.4. Recebimento e fiscalização



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

O recebimento dos produtos será realizado pelo servidor responsável pela fiscalização da contratação, Debora Regina Lermen e Juliana A. Kaufman de Quadros, ou por outro servidor formalmente designado pela Administração.

No momento da entrega, serão conferidos, no mínimo, os seguintes aspectos:

- quantidade de cestas entregues;
- tipo de cesta fornecida;
- composição e quantitativos dos produtos;
- integridade das embalagens;
- condições de conservação e armazenamento;
- prazo de validade dos produtos; e
- compatibilidade dos produtos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento de contratação.

O recebimento provisório ocorrerá mediante conferência inicial dos produtos entregues, não implicando aceitação definitiva quando houver necessidade de verificação posterior de sua conformidade.

Após a conferência e constatada a conformidade do objeto com as especificações estabelecidas, será realizado o recebimento definitivo, mediante atesto do responsável pela fiscalização.

Eventuais ocorrências, irregularidades ou desconformidades verificadas durante o recebimento deverão ser registradas e comunicadas à contratada, podendo o fiscal emitir relatório ou documento equivalente e encaminhá-lo ao gestor da contratação para adoção das providências cabíveis.

4.5. Recusa e substituição dos produtos

Os bens poderão ser recusados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços ou do instrumento decorrente da contratação.

Constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá providenciar a **substituição dos produtos recusados no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos**, contados da comunicação ou notificação realizada pela Administração, sem qualquer ônus para o Município.

A substituição dos produtos não afastará a possibilidade de aplicação das penalidades previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável, quando caracterizado descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

4.6. Responsabilidade da contratada

O recebimento provisório ou definitivo dos produtos não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da execução inadequada do fornecimento, pela entrega de produtos em desacordo com as especificações ou por eventuais vícios, defeitos ou irregularidades constatados posteriormente.

A contratada permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas, observadas as garantias legais e contratuais e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7. Critérios de aceitação

Somente serão considerados aceitos os produtos que atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à composição das cestas, quantidade, qualidade, integridade das embalagens, condições de conservação e prazo de validade.

A aceitação do objeto ficará condicionada à sua efetiva conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e nos demais documentos que integram a contratação;
- 5.1.2. Verificar, no prazo estabelecido, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços e do respectivo pedido de fornecimento, para fins de recebimento e aceitação do objeto;
- 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre quaisquer imperfeições, falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas nos produtos fornecidos, para que sejam substituídos ou corrigidos no prazo estabelecido;
- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, por meio de servidor ou comissão formalmente designado;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada pelo fornecimento efetivamente realizado e aceito, no prazo e condições estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5.1.6. Fornecer à Contratada as informações necessárias à adequada execução do fornecimento, especialmente quanto às quantidades, tipos de cestas e locais e horários de entrega;
- 5.1.7. Emitir as solicitações de fornecimento e respectivas Notas de Empenho ou documentos equivalentes, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e a disponibilidade orçamentária;
- 5.1.8. Recusar, total ou parcialmente, os produtos que não atendam às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital ou na Ata de Registro de Preços;
- 5.1.9. Notificar a Contratada para que proceda à substituição dos produtos entregues em desacordo com as especificações, sem qualquer ônus para a Administração;
- 5.1.10. Aplicar, quando cabíveis, as penalidades previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 5.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- 6.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do Edital, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento adequado do objeto e, ainda:
 - 6.1.1. Efetuar a entrega das Cestas Básicas Tipo I e Tipo II em perfeitas condições, de acordo com as especificações, quantidades, prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência e nos documentos da contratação;
 - 6.1.2. Entregar as cestas devidamente embaladas individualmente, contendo todos os produtos e quantitativos estabelecidos para a respectiva modalidade;
 - 6.1.3. Garantir que os produtos fornecidos sejam próprios para consumo, estejam dentro do prazo de validade, em perfeitas condições de conservação e apresentem embalagens íntegras, sem sinais de violação, avarias, vazamentos ou deterioração;
 - 6.1.4. Apresentar, quando aplicável, nota fiscal correspondente ao fornecimento, contendo as informações necessárias à identificação dos produtos, incluindo marca, procedência, quantidade e demais informações exigidas pela legislação e pelo instrumento de contratação;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

6.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos da legislação aplicável, inclusive das disposições pertinentes do Código de Defesa do Consumidor;

6.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do fornecimento;

6.1.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os produtos que apresentarem vícios, defeitos, avarias, desconformidades ou quaisquer incorreções, inclusive aqueles recusados no momento do recebimento;

6.1.8. Realizar a substituição dos produtos recusados no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da comunicação ou notificação da Administração, sem qualquer ônus para o Município;

6.1.9. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa e documentação comprobatória, quando cabível;

6.1.10. Arcar integralmente com todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carregamento, descarregamento, acondicionamento e entrega dos produtos;

6.1.11. Garantir que os produtos sejam transportados e entregues em condições adequadas de higiene, conservação e segurança, observando a legislação sanitária aplicável;

6.1.12. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

6.1.13. Indicar representante ou preposto para manter contato com a Administração e tratar de assuntos relacionados ao fornecimento, sempre que solicitado;

6.1.14. Cumprir as normas de segurança, higiene, vigilância sanitária e demais disposições legais aplicáveis ao fornecimento e transporte de gêneros alimentícios;

6.1.15. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, quando aplicáveis, nos termos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes;

6.1.16. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração e nas condições permitidas pela legislação;

6.1.17. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer a execução regular do fornecimento;

6.1.18. Cumprir rigorosamente os prazos e demais condições estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e nos respectivos pedidos de fornecimento;

6.1.19. Responder integralmente pela qualidade dos produtos fornecidos, inclusive quando eventual irregularidade for constatada após o recebimento, observadas as responsabilidades legais e contratuais;

6.1.20. Cumprir as demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação aplicável à execução do objeto.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, que verificará o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e nos respectivos pedidos de fornecimento.

9.2. O fiscal da contratação acompanhará o recebimento dos produtos, verificando sua quantidade, composição, qualidade, integridade das embalagens, prazo de validade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, registrando as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinando, quando necessário, a regularização de falhas ou desconformidades.

9.3. O fiscal deverá registrar em documento ou sistema próprio as ocorrências relacionadas à execução do fornecimento, indicando, quando cabível, a data, a descrição da ocorrência, as providências adotadas e o responsável pelo atendimento, encaminhando os apontamentos ao gestor da contratação para as providências que se fizerem necessárias.

9.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos, vícios ou defeitos decorrentes do fornecimento, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

9.5. O fiscal e o gestor da contratação serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, quando necessário, nos termos da legislação aplicável.

9.6. A fiscalização não implica aceitação automática dos produtos entregues, ficando o recebimento condicionado à verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos da contratação.

9.7. A Administração poderá rejeitar os produtos que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas, devendo a Contratada proceder à sua substituição no prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem qualquer ônus para o Município.

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será efetuado após a efetiva entrega, conferência e aceitação dos produtos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização da contratação.

10.2. O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, observadas as condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

10.3. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a Administração realizar o respectivo atesto, após a verificação da regularidade do fornecimento.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ausência de documentação exigida ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie a respectiva regularização.

10.4.1. Na hipótese prevista no item anterior, o prazo para pagamento será reiniciado após a comprovação da regularização da situação, não sendo imputável à Contratante qualquer ônus decorrente do atraso ocasionado pela Contratada.

10.5. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

10.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará sujeita às retenções tributárias conforme a legislação aplicável ao regime, observada a documentação apresentada pela empresa.

10.6. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, observada a ordem cronológica de pagamentos prevista no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.7. Nos casos de eventual atraso de pagamento pela Administração, desde que a Contratada não tenha concorrido para o atraso, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo índice previsto no Edital, observado o período compreendido entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento.

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados, quando cabível, observados os requisitos, condições, periodicidade e índice estabelecidos no Edital e na respectiva Ata, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O reajuste deverá observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, ou da data-base definida no instrumento convocatório, conforme a legislação aplicável.

11.3. Na hipótese de extinção, alteração ou impossibilidade de utilização do índice estabelecido para o reajustamento, será adotado o índice que vier a substituí-lo por determinação legal.

11.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão estabelecer novo índice oficial, observada a legislação vigente.

11.5. O reajuste, quando cabível e atendidos os requisitos legais, poderá ser formalizado por meio de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, quando assim permitido pela legislação.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Considerando a natureza do objeto, constituído por gêneros alimentícios destinados ao consumo humano, não será exigida garantia contratual adicional, sem prejuízo das garantias legais e da responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança, integridade e adequação dos produtos fornecidos.

12.2. A Contratada deverá garantir que todos os produtos entregues estejam dentro do prazo de validade, em condições adequadas de consumo e armazenamento, com embalagens íntegras e sem sinais de violação, deterioração, contaminação ou qualquer outra condição que comprometa sua qualidade.

12.3. Os produtos que apresentarem vícios, defeitos, avarias, deterioração, irregularidades ou que estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência deverão ser substituídos pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração.

12.4. A substituição dos produtos recusados deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da comunicação ou notificação da Administração, salvo prazo diverso expressamente estabelecido pelo fiscal em razão da natureza da ocorrência.

12.5. Todas as despesas decorrentes da substituição dos produtos, incluindo transporte, retirada, carregamento, descarregamento e nova entrega, serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

12.6. A substituição dos produtos não afasta a responsabilidade da Contratada pelas demais obrigações assumidas, nem impede a aplicação das penalidades previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável, quando caracterizado descumprimento contratual.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

12.7. A responsabilidade da Contratada pela qualidade e segurança dos produtos permanecerá durante todo o prazo de validade dos gêneros alimentícios, observadas as condições adequadas de armazenamento e conservação após o recebimento pela Administração.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Das Infrações Administrativas

13.1.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a prática, pelo licitante ou pela Contratada, de quaisquer dos seguintes atos:

13.1.1.1. dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços ou do instrumento decorrente da contratação;

13.1.1.2. dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços ou do instrumento decorrente da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.1.3. dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços ou do instrumento decorrente da contratação;

13.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.1.6. não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

13.1.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da contratação;

13.1.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

13.1.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

13.2.1. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

13.2.2. Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

13.2.2.1. advertência;

13.2.2.2. multa;

13.2.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente nos casos de inexecução parcial da contratação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. A multa poderá ser aplicada nas modalidades compensatória e moratória, observados os limites e critérios estabelecidos no Edital e na legislação aplicável.

13.2.5. A multa compensatória poderá ser aplicada no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, nos casos de inexecução parcial, inexecução total ou demais infrações para as quais seja cabível, considerando-se a gravidade da conduta e os prejuízos causados à Administração.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

13.2.6. A multa moratória será aplicada em razão do atraso injustificado na entrega dos produtos, no percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias.

13.2.7. O atraso superior ao limite estabelecido para a multa moratória poderá caracterizar inexecução parcial ou total da obrigação, conforme a extensão do inadimplemento e a avaliação da Administração, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das demais sanções previstas.

13.2.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada nos casos previstos no art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os requisitos legais.

13.3. Da Aplicação das Sanções

13.3.1. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração e as circunstâncias do caso concreto, observados os limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3.2. A aplicação de qualquer sanção não exime a Contratada da obrigação de reparar integralmente os danos, perdas ou prejuízos causados à Administração em decorrência da infração.

13.3.3. Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível.

13.3.4. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, quando cabível, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas na legislação e no instrumento de contratação.

13.3.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não afasta a possibilidade de extinção da contratação, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3.6. As sanções previstas neste instrumento não impedem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846/2013, quando configuradas as hipóteses previstas na referida legislação.

13.3.7. Os atos praticados pelo licitante ou pela Contratada que possam configurar crimes previstos nos arts. 337-E a 337-P do Código Penal serão encaminhados às autoridades competentes, quando cabível.

13.3.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão registradas e divulgadas nos sistemas oficiais e demais meios determinados pela legislação vigente.

13.4. Da Cobrança das Multas

13.4.1. O valor das multas aplicadas poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada, observada a legislação aplicável.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

13.4.2. Caso o valor da multa seja superior aos créditos eventualmente devidos pela Administração, a Contratada deverá recolher a diferença no prazo estabelecido na notificação da penalidade.

13.4.3. Não sendo realizado o pagamento da multa no prazo estabelecido, o débito poderá ser encaminhado para cobrança administrativa e, posteriormente, para inscrição em dívida ativa, conforme a legislação aplicável.

13.4.4. A aplicação das multas e demais sanções observará procedimento administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.5. A eventual aplicação de penalidade não prejudicará o direito da Administração de exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, quando ainda possível, nem o ressarcimento dos prejuízos decorrentes da conduta infracional.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1 A estimativa de aquisição é de até 300 unidades tipo 01 e 350 unidades tipo 02

14.2. O custo estimado da contratação é de até R\$ 66.531,00 (sessenta e seis mil, quinhentos e trinta e um reais).

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento conforme abaixo:

Dotação orçamentária 2026

O valor disponível para este fim se origina dos seguintes recursos:

Ação: 2113

Recurso: 1500 e 1501

À confirmar pela SMF.

Três Passos, 19 de agosto de 2026

Rosani Antunes do Nascimento
Secretária Municipal de Assistência Social



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

LICITAÇÃO Nº.....

Pregão ELETRÔNICO Nº ***

ÓRGÃO LICITANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (anexo i) do edital desse processo.
- 4 Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.
- 5 Que o prazo de início da entrega dos equipamentos será de acordo com os termos estabelecidos no anexo I deste edital, a contar do recebimento por parte da contratada do empenho ou ordem de compra, que entregará o objeto no endereço informado no edital ou empenho. Que tem ciência de que se os bens não estiverem de acordo com o descrito em edital, após avaliação do fiscal do contrato, não serão aceitos.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII
DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

LICITAÇÃO Nº.....
Pregão ELETRÔNICO Nº ***

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., inscrito no cnpj nº, por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a), portador(a) da carteira de identidade nº E cpf nº....., declara, para fins do disposto no inc. VI do art. Nº 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

1 Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

LICITAÇÃO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***

[NOME DA EMPRESA], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo artigo 4º da lei nº 14.133/2021.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() **MICROEMPRESA** – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/2014.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____

OBSERVAÇÕES:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME OU EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME OU EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia ____ (____) do mês de _____ de 20...., no Município de Três Passos/RS., foram registrados os preços abaixo relacionados, para eventual e futura aquisição de para conforme especificações e quantitativos constantes da planilha que segue, em atendimento as necessidades da(s) secretaria(s) solicitantes, resultante do Pregão nº/20.. e Processo Administrativo nº/20.. para Sistema de Registro de Preços.

As empresas participantes estão elencadas na ata de propostas e no ranking, cujos documentos encontram-se publicados no site do portal de compras públicas cujos documentos podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico:
www.portaldecompraspublicas.com.br

As empresas DETENTORAS DA ATA, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Federal 123/2006, bem como pelo Decreto Municipal nº 019/2013 (Registro de Preços) e pelo Decreto Municipal 29/2023, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DAS EMPRESAS PARTICIPANTES E SUA QUALIFICAÇÃO:

Empresa	CNPJ	Representante	CPF	Endereço

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS, para eventual e futura contratação parapelo período (.....) meses, contados da homologação da Ata de Registro de Preços tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações

Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br

Edital: Magali Machado dos Santos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:						
Item	Especificação	Unidade	Marca	Quantidade	Preço unitário	Preço total

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, contados da data de emissão da mesma. Podendo ser prorrogado por igual período, havendo interesse da administração e no caso de economicidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

4.1 O objeto, após a assinatura e publicação da ata de registros de preços será fornecido conforme necessidade das Secretarias Solicitantes, pelo período de doze meses. A autorização de fornecimento e o empenho serão emitidos, nas quantidades necessárias. Os serviços serão entregues conforme termo de contrato, empenho, nas quantidades solicitadas, no seguinte endereço: no prazo de..... O prazo começará a contar do recebimento do empenho.

4.2 O recebimento do objeto deste certame não exclui a responsabilidade do LICITANTE contratado quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo Município de Três Passos.

4.3 Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a LICITANTE a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo máximo de 72 horas. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue após a prestação dos serviços, na Secretaria Municipal de Educação, ao fiscal do contrato. Cito à Av. Santos Dumont, 75, Três Passos/RS.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1 O pagamento será efetuado até após à entrega, mediante atestado de recebimento e conferência dos fiscais de contrato, além de emissão de documento fiscal. Devendo o nº do CNPJ nas Notas Fiscais ou equivalentes, ser o mesmo informado no momento da Habilitação.

5.2 A empresa, para fazer jus ao reequilíbrio financeiro, que trata a Lei 14.133/2021, deverá anexar a proposta financeira, planilha de composição custos e preços, devidamente assinada por profissional da contabilidade habilitado, no prazo máximo de cinco dias úteis após a conclusão da fase de lances, sob pena de não ser deferido pedido de reequilíbrio.

5.3 Os valores pagos em atraso, somente serão corrigidos, caso derivar de culpa exclusiva do Município, neste caso, os valores serão corrigidos pelo INPC.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

CLÁUSULA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
§ 1º Das Infrações Administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- h) apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- l) pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I- advertência, para a infração prevista na alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II- multa, nas modalidades:

1. Compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nas alíneas “a” até “m”.

2. Moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens “b” até “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens “h” até “m”.

§ 3º Da Aplicação das Sanções

I. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

II. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

III. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

IV. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

V. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

VI. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

§ 4º Da execução da garantia contratual

O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

I. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial. Esgotados o prazo para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária. Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para pagamento nos mesmos prazos estipulados neste item, sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

§ 1º O contrato será reajustado, nos termos do art. 25 da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 34/2023, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado.

§ 2º Considera-se data-base, para fins de reajuste, a data do orçamento estimado, ou da planilha orçamentária constante do processo administrativo ou do Termo de Referência.

§ 3º O valor do contrato será reajustado pelo INPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização, no caso de prorrogação.

§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

§ 5º Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”.

§ 6º A revisão de contrato ou reequilíbrio econômico-financeiro decorre da imprevisão, consiste em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, que poderá ser concedido a qualquer tempo, e para sua concessão devem ser verificados os seguintes requisitos:

- a) evento futuro e incerto;
- b) evento ocorrido após a apresentação da proposta;
- c) o evento não pode ocorrer por culpa da contratada;
- d) possibilidade de revisão seja aventada pela contratada ou pela contratante;
- e) modificação substancial nas condições contratadas;
- f) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada.
- g) demonstração da quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

§ 7º O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência da ata e antes de eventual prorrogação.

§ 8º A contratada, para fazer jus ao equilíbrio econômico-financeiro, deverá apresentar em até 10(dez) dias após a assinatura do contrato planilha de custos elaborada pelo contador/técnico contábil da empresa e documentos comprobatórios dos preços apresentados. A falta da apresentação desta poderá ensejar o indeferimento do pedido pelo setor de contabilidade.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 6745/2026
LICITAÇÃO Nº 271/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2026

§ 9º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento e documentação comprobatória não puder cumprir o compromisso, o Município poderá: a) liberar o fornecedor; b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

§ 10º O Município, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão dos preços.

§ 11º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas por termo aditivo.

§ 12º O pedido de reequilíbrio retroagirá tão somente a data do protocolo do pedido e não incidirá sobre empenhos já gerados. É vedado à Detentora dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital

§ 13 Solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro fica obrigado o órgão licitador a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento. O não cumprimento do prazo não implica em deferimento do pedido por parte do contratante. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Três Passos-RS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Ata/contratação, renunciando expressamente a qualquer outro mais privilegiado que seja.

Três Passos/RS., ____ de _____ de _____

Arlei Luis Tomazoni
Prefeito

Jurídico:

Participantes:

Obs: serão preenchidos conforme dados do edital e anexo I.